

Ricardo Campos

METAMORFOSES DO DIREITO GLOBAL

sobre a interação entre Direito,
tempo e tecnologia

SÃO PAULO

2022



CONTRACORRENTE

STJ00115709

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Alameda Itu, 852 | 1º andar |

CEP 01421002

www.loja-editoracontracorrente.com.br

contato@editoracontracorrente.com.br

EDITORES

Camila Almeida Janela Valim

Gustavo Marinho de Carvalho

Rafael Valim

Walfrido Warde

Silvio Almeida

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO DE PROJETO: Juliana Daglio

REVISÃO: Groziela Reis

REVISÃO TÉCNICA: Douglas Magalhães e Amanda Dorth

DIAGRAMAÇÃO: Gisely Fernandes

CAPA: Maikon Nery

EQUIPE DE APOIO

Fabiana Celli

Carla Vasconcelos

Fernando Pereira

Valéria Pucci

Regina Gomes

Nathalia Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Campos, Ricardo

Metamorfoses do direito global : sobre a interação entre direito, tempo e tecnologia / Ricardo Campos. -- São Paulo, SP : Editora Contracorrente, 2022.

ISBN 978-65-5396-065-7

1. Direito - Filosofia 2. Direito - Teoria

I. Título.

22-128244

CDU-34012

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito : Filosofia 340.12

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

@editoracontracorrente

f Editora Contracorrente

@ContraEditora

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	9
PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	35
1 A ausência de referência do Direito moderno	35
2 Abordagem e esclarecimentos	40
CAPÍTULO I - A ANOMALIA COMO DESENVOLVIMENTO JURÍDICO	47
1.1 A sociedade (mundial) de Niklas Luhmann: o desconforto da Teoria dos Sistemas	47
1.1.1 Introdução: da falta de especificação à anomalia	47
1.1.2 A autoevidência de uma teoria: a sociedade mundial como fato	52
1.1.3 O mundo (e a sociedade) da Teoria dos Sistemas	61
1.2 Operação de salvação da Teoria dos Sistemas por Teubner? A teoria da diferenciação para além do Estado	74
1.2.1 Introdução	74

1.2.2 A reinvenção da Teoria dos Sistemas (do Direito) para a sociedade mundial	76
1.2.3 Direito sem autoridade? Validade sem terceiros?	82
1.2.4 O paradoxo da validade e a validade do paradoxo: o Direito da sociedade global	88
1.2.5 Pensando em correlatos?	101
CAPÍTULO II – O DIREITO COMO FORMA DE VINCULAÇÃO TEMPORAL	107
2.1 Introdução	107
2.2 A mudança na semântica do tempo: a crise das obrigações políticas	110
2.3 A invenção do futuro contingente	115
2.4 Tempo e Direito: a mudança na semântica do Direito	120
2.5 Perspectivas: uma nova tentativa sobre metamorfose do Direito (na sociedade global)	130
CAPÍTULO III – A DESINTEGRAÇÃO DA ANTIGA ORDEM	133
3.1 Introdução	133
3.2 O domínio do político	142
3.2.1 Lendo Carl Schmitt: o primeiro pós-colonialista?	142
3.2.2 Tomar nomes, conferir nomes, tomar terras	148
3.2.2.1 A dimensão linguística do Direito da sociedade global	148
3.2.3 A fragmentação do <i>ius publicum europaeum</i> : sociedade global para além da Vestfália	157
3.3 A nova produtividade do indivíduo e a desintegração da antiga ordem	167
CAPÍTULO IV – O NASCIMENTO DO NOVO MUNDO A PARTIR DA CULTURA DA DISPERSÃO	181

4.1 O domínio do relacional	181
4.1.1 Introdução	182
4.1.2 A dispersão da sociedade global	184
4.1.3 O nascimento de uma disciplina: o Direito Internacional	187
4.1.4 A pessoa jurídica soberana e a nova forma relacional da sociedade global	191
4.1.5 A desintegração da velha ordem e a transformação da confiança na sociedade mundial	196
4.1.6 Coevolução do nacional e transnacional	200
4.2 Mundo sem unidade	208
CAPÍTULO V - O DIREITO DAS ORGANIZAÇÕES	211
5.1 Introdução	211
5.2 O anacronismo do político e as as estruturas inerentes à sociedade industrial	214
5.3 O surgimento de organizações além da gestão da guerra	228
5.4 A juridificação dos bens culturais	231
5.4.1 Novos meios, novas leis?	235
5.4.2 A gestão da normatividade jurídica pelas organizações	239
5.4.3 Transnacionalização dos direitos dos autores	247
CAPÍTULO VI - O DIREITO DAS PLATAFORMAS	255
6.1 Introdução: o que significa o digital?	255
6.2 No limiar após o limiar: conhecimento, redes, dados e plataformas	264
6.2.1 No limiar: redes	264
6.2.2 Após o limiar: plataformas	277

6.2.3 Uma nova economia política das plataformas?	282
6.3 Esfera pública em transição: da organização à plataforma	290
6.3.1 O mito fundador de uma nova economia: a seção 230 do CDA	299
6.3.2 As consequências da nova responsabilidade imunitária para a dimensão coletiva de comunicação	306
6.4 Uma nova regulamentação para a dimensão coletiva (transnacional) da comunicação?	312
6.5 O tempo das plataformas	316
PERSPECTIVAS	327
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	333